

Arquivo



Expedito Machado, do Centro Democrático, pretende ir ao Judiciário contra mudanças no regimento

# Centristas afirmam que 200 querem novo texto

O grupo de constituintes que se diz de centro-liberal, mas se compõe de parlamentares de centro, de centro-esquerda e de direita, obteve, até ontem, 200 assinaturas de apoio ao requerimento no qual será pedida a reabertura do prazo para apresentação, em plenário, de substitutivos parciais ao projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral, aprovado na Comissão de Sistematização da Constituinte.



Essa informação foi prestada pelo deputado Luis Eduardo, do PFL da Bahia, um dos coordenadores do grupo. Hoje à noite, na Câmara dos Deputados, os constituintes que querem emendar o substitutivo Cabral vão reunir-se, para avaliar os pontos que devam ser modificados.

Quanto à idéia de um integrante do grupo de centro e de centro-direita, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), de recorrer ao Supremo Tribunal Federal, contra alterações feitas até aqui, no regimento da Constituinte, sem consulta ao plenário, Luis Eduardo admitiu que essa proposta venha a

ser debatida na reunião de logo mais.

"Até agora" — explicou — "não tratamos do assunto, mas não se descarta nenhuma proposta de alguém do nosso grupo sem debater-la convenientemente".

### Iniciativa

A intenção de Expedito Machado, aparentemente, teria sido inspirada pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, que há meses chegou a admitir a hipótese de o presidente José Sarney recorrer ao Judiciário se o seu mandato for reduzido pelos constituintes. No entender de Saulo, a Constituinte não tem poderes para mudar a regra da duração do mandato presidencial, estabelecida pela Constituição ainda vigente e sob a qual a Assembléia foi convocada e eleita. O relator Bernardo Cabral discorda dessa interpretação de Saulo, alegando ser a Assembléia soberana.

No caso do regimento da Constituinte, porém, muitos de seus integrantes sustentam que o presidente da Assembléia, deputado Ulysses Guimarães, tem feito modificações regimentais "de gabinete", através de simples negociações com os líderes, sem ouvir o plenário da própria Constituinte.

"Esse procedimento" — admitiu Luis Eduardo — "não é regimental.

Diante disso, aliás, é que estamos recolhendo apoio, para, se atingirmos — como é certo — 280 assinaturas de constituintes (maioria absoluta da Assembléia), mudarmos regularmente o regimento de nossos trabalhos, e apresentar substitutivos parciais ao projeto Cabral, a fim de não atrasar o preparo da futura Constituição".

Diz Luis Eduardo que "essa modificação desejada pela maioria da Assembléia será a primeira que se faz no regimento através do voto".

O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), também integrante do grupo que quer mudar o regimento da Constituinte, diz que "ali não se pensa em recorrer ao Judiciário contra a Assembléia. Essa idéia" — acentuou — "é isolada, de alguns integrantes do grupo, como o deputado Expedito Machado".

Daso e Luis Eduardo afirmam, concluindo, que o grupo tem por objetivo, com a mudança do regimento da Assembléia, mostrar que o pensamento da Constituinte "não é o mesmo da sua Comissão de Sistematização". E Daso ainda acrescentou que a intenção do grupo é restringir as posições estatizantes adotadas na Comissão de Sistematização, contra o pensamento majoritário da Assembléia, "o que vai ser agora esclarecido, em plenário".

## Intolerância gera temores de nova crise

A soma de reações de intolerância aos pontos críticos da Constituição que está sendo elaborada na Assembléia Constituinte poderá conduzir o País a tentativas de getulização e de bordaberryzação do processo político brasileiro.

Essa é a conclusão das análises feitas por antigos assessores dos ex-presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo, para os quais o quadro da crise brasileira está começando a atingir um grau perigoso de soma de intolerâncias.

Por esse motivo, na opinião dos analistas, o general Geisel recomendou ao PFL que se mantivesse unido ao presidente José Sarney, durante a fase de transição da Constituinte. Pelas mesmas razões, o general Figueiredo teria concordado em voltar à cena política e em liderar um movimento que canalize — segundo seus amigos — a insatisfação crescente dos grupos direitistas do País, para a busca de soluções políticas não-traumáticas.

As idéias dos ex-assessores desses dois presidentes não coincidem em todos os pontos. O ex-secretário particular dos dois últimos chefes do regime militar no Brasil, o ex-major Heitor de Aquino, hoje empresário, não se preocupa com os motivos pessoais da conduta política atual de Geisel e Figueiredo.

Mas Aquino concorda com a conclusão sobre os riscos de getulização e bordaberryzação, porque, a seu ver, "numa escala Richter de avaliação do fenômeno político, parecemos aproximar-nos da situação de perigo".

Por "getulização", Aquino, como os demais analistas, entende o que seria, em última análise, a repetição do episódio do Estado Novo, de 1937, quando o então presidente Getúlio Vargas, ao termo de um processo elaborado de desgaste da instituição legislativa, pôde fechar o Congresso, sob aplausos populares. A "bordaberryzação" que poderia seguir-se, no caso, seria, como no Uruguai do ex-presidente civil José Maria Bordaberry, o controle do poder pelos militares, através de um testa-de-ferro político.

### Reações

Os vários analistas, com Heitor Aquino à frente, consideram que os dispositivos constitucionais já aprovados geram descontentamentos menores ou maiores em quase todas as áreas, do médio ao grande empresário nacional, no empresário estrangeiro, em parte da Igreja, nos proprietários rurais, na chamada classe média sensível às críticas da imprensa à Constituinte, nos militares e até entre os trabalhadores, desinformados sobre o que ali se faz. E esta soma de intolerabilidade — procedente ou não — que, em termos da escala Richter a que se refere Aquino, gera condições para o golpismo.

O novo golpe, se deflagrado, teria por alvo a Assembléia Constituinte, a qual, segundo muitos de seus integrantes, estaria tomando decisões contra a vontade da maioria ali existente, mas neutralizada por um regimento redigido pelos progressistas minoritários.

Desse conflito, segundo Aquino, resultou a aprovação do sistema parlamentarista na Comissão de Sistematização da Constituinte, composta predominantemente por peemedebistas ortodoxos.

Tal reação da Assembléia, segundo Aquino, poderá corrigir, no futuro, a inversão que hoje se verifica no Governo de um presidente que age como primeiro-ministro e de um primeiro-ministro (Ulysses Guimarães) que age como presidente. Aquele, nas atuais circunstâncias, não pode ser destituído, e este último governa sem ter nenhuma responsabilidade sobre questões cruciais, como a dívida externa, o controle da inflação, a fixação dos soldos de militares e dos salários do funcionalismo etc. o que agrava os problemas do País.

Mas o parlamentarismo, segundo os analistas dos ex-presidentes, embora permita que os dois principais atores da cena política atual desempenhem o papel que lhes cabe, talvez fracasse por não dispormos de partidos fortes e de estruturas burocráticas bem organizadas.

Isso, evidentemente, deverá contribuir para o agravamento da crise, tanto mais que o parlamentarismo contraria a tendência da opinião pública, em favor do presidencialismo. (Rubem Azevedo Lima)

## Estratégia será a mesma da esquerda

Usar a mesma estratégia das esquerdas, a fim de se manterem permanentemente mobilizados, isso é o que farão, de agora em diante, os constituintes que se consideram de centro ou admitem ser de centro-direita ou da direita na Assembléia Nacional Constituinte.

Numa lista de chamada dos constituintes, o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) tinha anotados, em lápis coloridos, os nomes de todos os integrantes da Assembléia. A cor verde era destinada aos constituintes de centro, centro-direita e direita; o azul aos que podem, eventualmente, em diversas questões, acompanhar os verdes, no plenário da Assembléia. O rosa assinala os parlamentares da esquerda e de centro-esquerda.

De acordo com suas pesquisas, Daso admitiu existirem 261 verdes na Câmara e 30 no Senado (total: 291 constituintes); 49 azuis na Câmara e 15 no Senado (total: 64) e 17 rosas na Câmara e 27 no Senado (total: 203). Um único constituinte tem a cor branca. É o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia, que, por esse motivo, nas votações em plenário deverá regimentalmente abster-se.

No levantamento inicial de Daso, segundo ele próprio explicou, houve alguns equívocos. "Dois constituintes que eu incluíra entre os rosas se revelaram, na realidade, verdes, mas um azul se tornou rosa."

As reuniões dos centro-direitistas reveladas pelo JBr se deram de modo reservado. A última ocorreu no Hotel Nacional de Brasília. Até o momento, houve três encontros desse grupo aos quais compareceram 107 constituintes.

O grupo destacou sete constituintes (dois do PMDB, dois do PFL e um do PDC, PDS e do PTB) para a comissão que selecionará os temas consensuais.

## Líderes repudiam "golpe"

A intenção do grupo moderado «Centro Democrático» em recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra decisões da Constituinte foi considerada, por lideranças partidárias, como uma estratégia golpista que visa a criação de impasse e atrito entre os poderes Legislativo e Judiciário. «Terrorismo, insanidade, atitude translocada de desesperados», foram alguns adjetivos usados por constituintes progressistas para qualificar a manobra do Centro Democrático que pretende na próxima quarta-feira, alterar o regimento e apresentar um substitutivo global ao texto do relator.

A tática do Centro Democrático em conseguir uma liminar, através de mandado de segurança junto ao STF, para sustar a tramitação do substitutivo do relator Bernardo Cabral, foi qualificado pelo vice-líder do PC do B, deputado Aldo Arantes, como «um ato aventureiro para criar impasse ou até um golpe branco contra a Constituinte». Denunciou ainda que está em curso uma campanha difamatória bancada por grupos econômicos, meios de comunicação e pelo Planalto, com o objetivo de «inviabilizar e interferir na soberania da Constituinte».

### Críticas

Para o líder do PDT, deputado Amaury Muller, «é uma atitude translocada, e mostra a falta de bom senso, e perspectiva histórica». Lembra o parlamentar que o partido sofreu derrotas na Sistematização, como o sistema de governo e jornada de trabalho, «mas nem por isso queremos avacalhar a Constituinte. Vamos disputar novamente es-

tas matérias no plenário, local legítimo para estes debates». E desafiou o Centro Democrático: «Se vocês têm tanta força como dizem, que mudem o regimento, mas não apelem para outros poderes, criando atritos e impasses», disse.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ) indaga: «Usurpar os poderes de quem?». Defende a parlamentar a soberania da Constituinte e refuta qualquer «golpe de mão para viabilizar uma quentinha do Planalto». Saliou que o apelo ao STF poderá ser também uma tática dos progressistas, que na hipótese de serem derrotados no plenário, poderão utilizar o mesmo expediente do Centro Democrático. «Vento que sopra lá, sopra cá», frisou. A intenção do Planalto em dissolver a Constituinte e convocar eleições gerais, para a deputada, irá criar uma convulsão social. «Eleições gerais não são represálias ao texto constitucional, para garantir a permanência no poder, é uma consequência natural da implantação da nova Constituição».

Para o deputado Paulo Delgado (PT/MG), o poder Judiciário não tem como papel «tutelar os trabalhos da Constituinte». Ponderou ser legítima a pressão democrática sobre a Constituinte, seja através da sociedade organizada, ou dos lobbys, mas «é inaceitável pressões de poderes atuais sobre o poder que irá gerar a nova Constituição». Segundo o petista, na hipótese do STF conceder liminar ao Centro seria inéfito, pois não admitiriam o caráter transitório dos poderes da República neste momento de transição: «O velho não mais domina e o novo ainda não predomina», comentou.